



ACÓRDÃO Nº2027/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11309/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Novo Aripuanã.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Neumice Reges Pinto (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Ricardo Mendes Lasmar - OAB/AM 5933.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6002/2022-DIMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Novo Aripuanã. Exercício de 2020.

Regularidade com ressalvas. Recomendação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Novo Aripuanã, exercício de 2020, sob responsabilidade da **Sra. Neumice Reges Pinto**, Gestora e Ordenadora de Despesas., nos termos do art. 22, II, da Lei nº 2.423/1996, combinado com o art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM;

10.2. Recomendar à Câmara Municipal de Novo Aripuanã:

10.2.1. A imediata regularização do feito, no que tange à cobrança dos valores, conforme o item 10 da fundamentação do voto;

10.2.2. A adoção de um controle efetivo de almoxarifado, com a informação exata de entrada e saída de materiais, bem como a quantidade restante em estoque, conforme o item 11 da fundamentação do voto;

10.2.3. Que seja apresentado nas prestações de contas posteriores, os documentos que comprovem a existência do responsável pelo departamento de bens patrimoniais, sob pena de grave infração a



ACÓRDÃO Nº2027/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

norma legal, conforme item 12 da fundamentação do voto;

10.2.4. O aprimoramento do Controle Interno, nos termos da Resolução nº 09/2016;

10.3. Dar ciência à Sra. Neumice Reges Pinto, por meio de seu representante legal, com cópia do Relatório/Voto e do decisório;

10.4. Arquivar os autos, após expirados os prazos legais.

11- Ata: 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 22 de novembro de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Luis Fabian Pereira Barbosa.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA

Procuradora-Geral